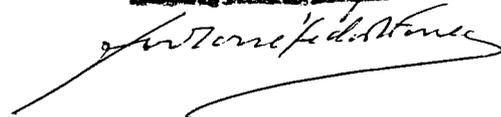


05 Março 1999



Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

REQUERIMENTO Nº 485/VII (4.a) - AC

Ao longo dos últimos três anos, o Senhor Ministro da Justiça vem afirmando, em resposta a várias interpelações que nesse sentido lhe temos feito - quer em sede de trabalhos conjuntos na 1ª Comissão quer no decurso de sessões em Plenário da Assembleia da República - que as Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial de Viana do Castelo estão para sair do rés -do -chão do Palácio de Justiça, por forma a deixarem o espaço que aí ocupam livre para os serviços judiciais, que dele carecem.

Está arrendado há cerca de dois anos, por uma renda que se diz de um milhão de escudos mensais, um edifício sito no Largo 5 de Outubro, em Viana do Castelo, destinado à instalação daquelas Conservatórias.

Esse edifício nunca foi utilizado e “está às moscas” .

Às nossas múltiplas interrogações sobre os atrasos na concretização daquela mudança de instalações, o Senhor Ministro da Justiça nunca soube responder com precisão mas várias vezes o vimos escrever num papel o que aparentemente constituía uma notas de lembrança.

Ainda há muito poucos meses - quando, em Plenário desta Assembleia, discutíamos o Orçamento de Estado para a Justiça -, o Senhor Ministro e o seu Secretário de Estado foram, de novo, por nós questionados sobre este e outros assuntos que preocupam Viana do Castelo e o seu distrito.

Fazendo algum eco das nossas intervenções, meios de comunicação social foram dando notícia pontual da iminência da mudança das Conservatórias.

manter info
- 5. MAR 1999
f. lina

Mas a persistência da nossa Oposição tem impedido que o assunto caia no esquecimento .

Ainda agora a Comissão Política Concelhia de Viana do Castelo do PSD tornou também público um comunicado, de grande oportunidade política, denunciando a escandalosa realidade a que nos reportamos e acusando o Ministério de Justiça de "gestão danosa de recursos financeiros dos portugueses".

Muitos milhares de contos terão sido pagos, ao longo dos últimos anos, pelo arrendamento de um prédio que, destinado à instalação das Conservatórias do Registo de Viana do Castelo, tem estado permanentemente encerrado e inactivo e nesse estado se prevê que se mantenha.

Enquanto isso, continua a faltar espaço para a instalação do anunciado 4º Juízo Cível; continuam a ser adiados julgamentos Cíveis e Crimes por falta de salas de audiência; outras diligências são atrasadas por falta de gabinetes e nem sequer há salas para testemunhas.

As notícias daquilo que o Senhor Ministro da Justiça prometeu e não fez correspondem a outras tantas promessas não cumpridas e sucessivamente adiadas que deveriam preocupar mais o "seu " Ministério .

Vemos agora aproximar-se o fim da Legislatura e constatamos que o Senhor Ministro se prepara para acabar o mandato sem honrar aquele seu compromisso.

Quando, semanas atrás, entrevistamos em Plenário sobre o Estado Caótico da Justiça em Portugal, estávamos também a pensar em Viana do Castelo .

Precisamos agora de conhecer o montante exacto daquilo que o Estado pagou já ou tem ainda de pagar de rendas por aquele edifício que nunca usou nem se sabe quando irá usar.

É oportuno e necessário conhecer ainda o teor dos contratos e documentos escritos, públicos ou particulares, celebrados ou trocados entre os competentes serviços do Ministério da Justiça e o senhorio.

E poderá o Senhor Ministro ficar ciente de que, até ao fim do mandato, enquanto a questão das instalações das Conservatórias do Registo e a

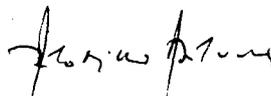
questão paralela dos Tribunais instalados no Palácio de Justiça não estiverem solucionadas, aqui estaremos, pelo menos uma vez por mês, por esta ou por outra via, sem lhe dar tréguas, a questioná-lo sobre a matéria.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais em vigor, se requer ao Senhor Ministro da Justiça que:

- a) Esclareça, de vez e por forma clara e inequívoca, qual o exacto "ponto da situação", no que respeita à transferência das Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial de Viana do Castelo para o local que lhe está destinado.
- b) Descreva, em definitivo, de modo transparente e calendarizado, o plano de obras de adaptação da área a desocupar do Palácio de Justiça.
- c) Informe qual o montante exacto daquilo que o Estado já pagou ou tem de pagar ao senhorio do edifício, sito em Viana do Castelo, que tomou de arrendamento há anos para instalação das Conservatórias e que nunca utilizou até hoje.
- d) Forneça fotocópia do contrato de arrendamento, do contrato promessa de arrendamento e dos demais documentos escritos, públicos ou particulares, celebrados ou trocados com o senhorio.

Assembleia da República, 4 de Fevereiro de 1999

O deputado



Antonino Antunes